

Propostas dos Trabalhadores para o Programa de Governo aos Candidatos à Prefeitura de São Paulo

Sindicalistas das centrais sindicais (Força Sindical, UGT, CSB e Nova Central Sindical), em diálogo permanente com os trabalhadores, elaboraram este conjunto de propostas visando tornar a cidade de São Paulo mais justa, igualitária, estimulando investimentos para geração de empregos e renda para todos.

Diante do grave momento que estamos passando no enfrentamento de uma Pandemia, os números são alarmantes. A Cidade de São Paulo é uma das principais cidades no planeta que registram mais mortes e contaminados pelo Covid-19, os números sobre a pandemia indicam uma estabilização, mas deixam claro que as populações mais vulneráveis são as que mais sofrem com esse flagelo.

Os trabalhadores sempre defenderam um Estado ativo e atuante, e esse momento é emblemático para que o Estado cumpra suas atribuições e cumpra efetivamente seu papel seja no combate as mortes, seja no trabalho árduo de prevenção e testagem que envolvem protocolos de monitoramento do seu cumprimento. Ademais os efeitos da pandemia sobre a população mais vulnerável e da economia em geral vão além das questões sanitárias,

os desdobramentos desta hecatombe sanitária afeta a sobrevivência das pessoas.

O objetivo deste documento é apresentar as propostas para fortalecer o desenvolvimento econômico municipal por meio de temas que constituem uma Agenda de políticas públicas voltadas à promoção do trabalho decente, com geração de renda e empregos na capital.

Há, entretanto, uma situação de emergência diante da acelerada elevação no número de trabalhadores desempregados na cidade. No primeiro trimestre de 2020, o número de desempregados no município de São Paulo ultrapassou 0,9 milhão de trabalhadores, representando uma taxa 13,2% da população, contudo esse número pode chegar a 1,5 milhão se o critério levar em conta desocupados, força de trabalho potencial, subocupada por insuficiência de horas trabalhadas, os bairros da periferia, sobretudo na zona leste da cidade a taxa de desemprego atinge 19,10%.

Além de uma Agenda de mais longo prazo, nossas propostas têm uma preocupação de curto prazo, de caráter emergencial do poder Público para minimizar os impactos da crise econômica persistente sobre a vida dos trabalhadores e de suas famílias.

As propostas apresentadas são fruto de intenso debate e construção coletiva junto com os Trabalhadores, através de um amplo e democrático diálogo social. Foram

construídas em diálogo permanente, a partir de cenários econômicos e políticos do País, que se agravaram ultimamente.

Compreendemos que tais propostas exigem ações articuladas de diferentes esferas da Administração Pública, notadamente da Prefeitura de São Paulo, através de diversas Secretarias, como Trabalho e Emprego, Assistência Social, Desenvolvimento, Finanças, Habitação, entre outras.

Nosso objetivo é que os Sindicatos de Trabalhadores da capital, que representam mais de 6,1 milhões de trabalhadores no município, se envolvam nessa luta e tenham responsabilidade para com os que estão desempregados. Nesse sentido, nós reafirmamos a importância da unidade como instrumento para a superação da crise e de sua mais perversa consequência, o flagelo do desemprego.

Propostas:

1- Concessão do bilhete único gratuito para os desempregados

Um dos maiores desafios aos trabalhadores que vivem em regiões metropolitanas é a mobilidade, compreendida como tudo que é relacionado ao trânsito: sinalização, monitoração, operação e fiscalização; transporte de todos os tipos e modais; e infraestrutura urbana (vias públicas e

equipamentos públicos). Compreendemos acessibilidade como a possibilidade de acesso a todos os locais da cidade por todos os cidadãos, sem distinção, e sustentabilidade como a possibilidade real de implementar as ações propostas, através de planejamento e previsão de recursos.

Esse desafio é ainda maior em se tratando de trabalhadores desempregados. Nossa proposta é objetiva: trata-se de regulamentar e colocar em prática a Lei Municipal já aprovada na Câmara que garante a gratuidade do transporte para trabalhadores desempregados. Buscar emprego exige custos, sendo o mais elevado o de deslocamento entre o local de moradia e a região central, em que se concentram as ofertas de emprego. O tempo médio de procura por emprego na Região Metropolitana de São Paulo aumentou de 31 semanas, ou sete meses (2015), para 51 semanas, ou um ano (2019), segundo dados da PED. Ou seja, a dificuldade para encontrar uma nova ocupação na região metropolitana de São Paulo está ainda pior.

2- Política Municipal de Desenvolvimento e Geração de Emprego

Centros de Apoio ao Trabalhador e Empreendedorismo (CATE)

Propõe-se a modernização dos CATE em parceria com a iniciativa privada. Esses novos Centros consistirão em

espaços físicos, localizados nos bairros com maior vulnerabilidade social da cidade. Os novos Centros terão como finalidade ofertar, além dos serviços já existentes (intermediação de mão de obra, qualificação social e profissional, habilitação do seguro-desemprego, emissão de carteira de trabalho, orientação para o trabalhador), orientação trabalhista e previdenciária, formalização de Micro Empreendedores Individuais, atendimento ao público do programa de economia popular e solidária e do Programa Renda Mínima e disponibilizar aos interessados um banco de dados eletrônico de empregos, através da criação de um painel eletrônico de emprego em todas as redes sociais, inclusive sindicais.

Promoção do Trabalho e Renda (Saída para Bolsa Família)

Propõe-se a criação de um Programa de Valorização Profissional. Tem como objetivo resgatar a autoestima dos trabalhadores economicamente ativos em situação de desemprego por meio de participação em atividades comunitárias e de capacitação ocupacional que lhes possibilitem maior compreensão sobre sua situação no mercado de trabalho. Para isso, é necessário dialogar de forma permanente com a Comissão Municipal de Emprego para o planejamento, desenvolvimento e acompanhamento das políticas públicas de emprego, trabalho e renda e da situação do desemprego no Município.

Economia Solidária

Propõe-se a criação de oportunidade aos trabalhadores desempregados que tenham interesse em se associarem para desenvolver atividades de forma cooperativa. O programa precisa incentivar a organização dos trabalhadores fornecendo-lhes as informações, o treinamento e o acompanhamento técnico necessário para a criação e a consolidação de cada empreendimento solidário.

Cidade 24 horas

Estímulo e regulamentação do trabalho 24 horas para algumas atividades, como áreas da construção civil, limpeza, comércio, transportes e serviços, que atendem consumidores em todas as horas do dia e da noite na cidade que não para.

Isenção de pagamento de impostos aos desempregados

Por determinado período, aos desempregados será garantida a isenção no pagamento de tributos como IPTU, e tarifas de água e esgoto e eletricidade, além dos produtos da cesta básica.

Ampliação do seguro-desemprego para 12 meses

Apoiamos as discussões em âmbito nacional para que seja estendido o período de acesso ao seguro-desemprego, em consonância com o aumento no tempo

de procura por trabalho decorrente da crise econômica persistente.

Trabalho Decente

É necessário fortalecer e articular políticas públicas orientadas para a promoção do trabalho decente, desenvolvendo pacto municipal que envolva governo, empresários e trabalhadores em defesa do emprego e do trabalho decente. Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como os conceitos expressos na Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Emprego e Trabalho Decente. Para tanto, propomos a manutenção e o aprimoramento do Comitê Gestor da Agenda do Trabalho Decente na cidade de São Paulo.

3- Programa de Extensão Empresarial e Formação de Empreendedores

Este programa será executado pelo Governo Municipal, em parceria com universidades públicas e privadas que atendam os requisitos de qualificação e será implementado de forma regionalizada. Seu objetivo é o de promover e reforçar a capacidade produtiva, principalmente das pequenas e médias empresas. Focalizará a inovação na gestão administrativa, a criação de novos produtos, a conquista de novos mercados e o incremento da qualidade e produtividade. Exemplos de ações concretas decorrentes dessa proposta de incentivos ao empreendedorismo são o estabelecimento

de lavanderias na periferia e a construção de shoppings populares nas periferias.

4- Implementar Política de Atração de Investimento

O investimento estrangeiro direto é, reconhecidamente, uma forma de acelerar o crescimento econômico dos países em desenvolvimento. Propõe-se como estratégia, aumentar o nível de fluxo deste investimento no Município de São Paulo, apoiando e estimulando investimentos de corporações dispostas a firmar acordos de transferência de tecnologia e aquelas que orientarem sua produção para a exportação. Incentivar a instalação de empresas intensivas em mão de obra em áreas periféricas de São Paulo, como nas regiões Leste 2 (observar Lei 15.931/2013, que prevê incentivos fiscais para essa zona), Sul 2 e Norte 2, com vistas a redução do tempo de deslocamento no trajeto casa-trabalho das pessoas ocupadas e a redução do déficit de postos de trabalho nessas regiões.

5- Reforma Urbana, democratização do território e construção de casas para os trabalhadores

A aprovação do Estatuto das Cidades, em 2003, após quinze anos de intensa mobilização social, regulamentou importantes mecanismos de gestão do território instituídos pela Constituição Federal de 1988. A elaboração democrática e debatida dos planos diretores municipais, os instrumentos de reconversão de uso de

áreas urbanas, entre outros, possibilitaram enorme avanço na gestão pública das grandes megalópoles globais, como São Paulo.

Neste novo contexto, propomos a implantação em São Paulo do Plano de Arrendamento Residencial do Ministério das Cidades. Por meio deste plano, a Prefeitura disponibiliza áreas para a construção de habitações com financiamento da Caixa Econômica Federal. Os Sindicatos, em parceria com a Prefeitura, coordenam a organização dos interessados em adquirir estas moradias.

Apoio emergencial ao trabalhador inquilino desempregado

É necessário analisar alternativas para o uso criativo de programas como o “aluguel social”, que poderia ser destinado a inquilinos desempregados que enfrentem impossibilidades temporárias em pagar todo o valor do aluguel de sua moradia.

6 - Criação do Observatório da Produção e do Emprego

As experiências de Observatórios do Trabalho são exitosas não só no Brasil, mas na Comunidade Europeia e em diversos países. São Paulo mantém um Observatório em parceria com o DIEESE, possibilitando a produção de informações e análises que subsidiem a ação de todos os que participam da gestão das políticas públicas. Os Observatórios pesquisam e analisam a atividade

econômica, as ocupações, o perfil do trabalhador, o rendimento e as condições de trabalho em um setor, em uma região, numa cadeia produtiva. A metodologia de observação fundamenta-se no diálogo social e na possibilidade de intervenção conjunta dos atores sociais. As informações e o conhecimento produzidos permitem a compreensão dos problemas que impedem a inclusão social pela ausência de trabalho.

O objetivo dos Observatórios é subsidiar a formulação de políticas públicas de emprego, trabalho e renda, com informações, análises e propostas de ação em relação às questões econômicas locais/regionais.

Defendemos a continuidade desta ação em parceria com a Prefeitura e sua ampliação de escopo, para abranger análises sobre desempenho setorial, tendência para o emprego e a atividade econômica na cidade e propostas de políticas que potencializem a geração de emprego.

Diante dos números elevados de desemprego e informalidade é fundamental a retomada da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED DIEESE/SEADE, encerrada em julho de 2019

7- Saúde da Família

O Programa Saúde da Família é exitoso em todas as suas dimensões: seja como atenção básica e preventiva às famílias, seja pelo conhecimento profundo que as equipes

estabelecem com os usuários do Sistema Único de Saúde, além de gerar emprego para médicos, enfermeiros, dentistas e demais profissionais da área da saúde.

Propomos que as equipes atuantes hoje no Programa Saúde da Família na cidade de São Paulo sejam ampliadas e que atuem completas, integradas por todos os profissionais de saúde necessários ao bom atendimento à população.

Esse programa tomou uma relevância maior devido à descontinuidade do convênio federal: Mais Médicos, que vinha junto com as iniciativas da Secretaria Municipal de Saúde registrando bons resultados, ademais recentemente o Coronavírus, que inicialmente aparentava ser um surto, virou uma pandemia, chegou em São Paulo em fevereiro de 2020 com um caso notificado, passados seis meses o Brasil é o segundo do mundo em número de contaminações e mortes pelo Covid-19, e a cidade de São Paulo está entre as cinco cidades com maior número de infectados e mortes no planeta, pelo que se sabe até agora os números são maiores que os registrados e as sequelas devem se estender por um longo prazo.

8– Moradores de rua

A população de rua na cidade de São Paulo aumentou 53% em 4 anos e chega a 24,3 mil pessoas⁵ cerca de 3% são crianças. Enquanto a população de São Paulo cresce,

em média, 0,7% ao ano, o número de moradores de rua aumenta 4,1%. As medidas adotadas pela Prefeitura para mitigar o problema avançaram, mas ainda não são suficientes para enfrentar o flagelo dessas pessoas.